



# *Eles ficaram de cara que a gente ia pra praça ler<sup>1</sup>: usos políticos da Praça do Esplanada pelo coletivo Perifala! na Vila Irmã Dulce (Teresina, PI).*

**Lorrana Santos Lima** 

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. Cidade: Campinas. Estado: São Paulo. País: Brasil.

Email: lorrana.lima66@gmail.com

## **Resumo**

Baseada em pesquisa etnográfica, analiso atividades desempenhadas pelo grupo de estudos e formação política Perifala! (Peri), atuante principalmente na região da grande Vila Irmã Dulce e na Praça do Esplanada, em Teresina. Objetivo relacionar essas atividades com sua luta pelo direito à cidade. Tomo como ponto de partida a noção de que o coletivo negocia sentidos de cidade e revolução urbana nas suas práticas sociais e inventivas, de ocupação e uso político da Praça do Esplanada, e que essas são executadas do seu lugar enquanto sujeito coletivo da periferia da cidade, da sociedade capitalista e do ambiente acadêmico. Assim, proponho analisar como o Perifala! tensiona as narrativas hegemônicas do periférico, de ocupações urbanas e de espaços públicos em suas práticas sociais e discursivas que enunciam expressões como *desracialização* da sociedade e de quando assevera que sujeitos das periferias são também sujeitos políticos.

**Palavras-chave:** Teresina, Periferia, Identificações, Desracialização, Universidade, Direito à Cidade.

---

<sup>1</sup> Todas as falas e categorias êmicas estarão aqui em itálico.



*They were taken aback that we were going to the square to read: political uses of Praça do Esplanada by the collective Perifala! in Vila Irmã Dulce (Teresina, PI).*

### **Abstract**

Based on ethnographic research, this article analyzes activities carried out by the study and political training group Perifala! (Peri) active mainly in the region of Vila Irmã Dulce and Praça do Esplanada, in Teresina, and relates these activities to his fight for the right to the city. Its starting point is the notion that the group negotiates meanings of the city and urban revolution in its social and inventive practices, of occupation and political use of Praça do Esplanada, and that these are carried out from its place as a collective subject on the outskirts of the city , capitalist society, the academic and social environment. Therefore, this work aims to analyze how Perifala! tensions the hegemonic narratives of the peripheral, urban occupations and public spaces in their social and discursive practices that enunciate expressions such as the *deracialization* of society and when it asserts that subjects from the peripheries are also political subjects.

**Keywords:** Teresina, Periphery, Identifications, Deracialization, University, Right to the City.

## Introdução

Nesse artigo rastreio, a partir de pesquisa etnográfica, atividades desempenhadas pelo coletivo Perifala! na região da Vila Irmã Dulce e na Praça do Esplanada, localizadas em zonas periféricas da cidade de Teresina (PI). Faço esse rastreio sob a hipótese de que o Perifala! negocia sentidos de cidade e revolução urbana – sobretudo – desde suas práticas de ocupação e uso político da Praça do Esplanada, e desde seu lugar como sujeito coletivo da periferia. Para tanto, analiso dados observados entre os anos de 2019 e 2022, durante realização de etnografia que acompanhou atividades realizadas por agrupamentos antirracistas teresinenses, a saber: o Perifala! e o Coletivo Negro Minervino de Oliveira (Lima, 2022)<sup>2</sup>. Desse modo, aproveito o percurso teórico-metodológico utilizado alhures e que conformam a etnografia: pesquisa de campo, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise das mídias sociais, e persigo as articulações teóricas de Leite (2002) para analisar como “trajetórias táticas” do Perifala! tecem a cidade (Ingold, 2015; Magnani, 2002).

Em razão do objetivo a ser rastreado, organizo o artigo em quatro tópicos. No primeiro, descrevo a emergência da Vila Irmã Dulce e destaco como é acionada dentro dos estudos urbanos teresinenses. Na sequência, observo usos, sentidos e efeitos de espaços piauienses. No terceiro, recupero historização do Perifala! e destaco os usos e sentidos do coletivo e da ocupação da Praça do Esplanada. Nas conclusões, reitero a interdependência das práticas do Perifala! e sua produção de cidade.

## Breve histórico da Ocupação Vila Irmã Dulce

No dia 3 de junho de 1998 iniciou-se a ocupação de uma terra teresinense desocupada, localizada no extremo-sul. A ocupação reuniu 3 mil pessoas, organizadas em 50 núcleos familiares, até então em situação de rua ou morando de aluguel noutras zonas da capital piauiense. Estavam acompanhadas pela Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC). A partir daquele dia, moradores/as da ocupação (ainda sem nome), escolhiam por sorteios os lotes mensurados nas dimensões 10x20m<sup>2</sup>, e cada núcleo familiar erguia sua moradia, cobriam-nas com folhas, plástico, palha (Medeiros, 2020b).

A Prefeitura de Teresina, sob direção de Firmino Filho (PSDB), em seu primeiro mandato, ameaçava de despejo aqueles 50 núcleos familiares. Afinal de contas, Firmino havia enunciado publicamente que não haveria mais ocupações – compreendia-as como “invasões irregulares”. Diante das constantes ameaças endereçadas à ocupação, por parte da Prefeitura e de supostos três donos daquela terra, moradores/as e a FAMCC organizaram uma reação. Em caravana, foram ao Palácio do Karnak<sup>3</sup> e sentaram-se junto dos agentes das ameaças para debater sobre a permanência da ocupação (Medeiros, 2020b).

---

<sup>2</sup> Este artigo é fruto de minha pesquisa de mestrado em antropologia, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Antropologia, sob orientação do professor Carlos Filadelfo (Lima, 2022).

<sup>3</sup> Que é o edifício-sede do Governo do Piauí e localiza-se no centro da cidade.

Além da FAMCC, a ocupação contou com o apoio de diversas entidades para erguer mais alguns instrumentos públicos necessários à sua permanência. Assim, junto de associações, sindicatos e igrejas, partidos, anarquistas, ergueram a Escola 3 de junho. Consoante a isso, o Ministério Público acionou a Prefeitura para edificar outra escola, desta vez de padrão estadual (Medeiros, 2020b). Além das escolas, moradores/as também construíram: creches, posto de saúde e delegacia. Assim esteve sendo construída a Vila Irmã Dulce<sup>4</sup> no ano 1998 – de nome decidido após consulta entre moradores/as e sob a indicação de Padre Brasil (Medeiros, 2020b; Silva, 2020).

Dando um salto temporal, encontramos, em 2003, a Vila Irmã Dulce reconhecida como a segunda maior favela da América Latina “fruto de uma ocupação irregular” (Folha, 2003, n.p.). De acordo com a Folha de São Paulo, naquele ano, Lula visitou a Vila para mostrar aos seus subordinados um “exemplo de miséria no país”, sob a intenção de implementar projeto “Sede Zero” no estado (Folha, 2003, n.p.).

Naquela visita de Lula, teve-se início um programa habitacional na área, “1.500 casas foram entregues através de uma parceria entre os governos estadual e federal, mas os registros dos imóveis não foram garantidos” (G1, 2013, n.p.). Assim, em 2013, moradores/as da Vila seguiam sem título de posse da terra ocupada. As 50 famílias tornaram-se 10 mil famílias, ocupando 316 hectares de terra na zona Sul de Teresina. Na época, à Prefeitura cobravam que assumisse os encargos de indenização ao “proprietário da área ocupada” (idem).

A despeito da não regularização de posse dos imóveis, as áreas ocupadas pela Escola 3 de Junho, creches, posto de saúde e delegacia foram negociadas pela Prefeitura de Teresina. E, embora a Prefeitura e o Ministério das Cidades afirmem a ocupação como área consolidada e parte do Programa Urbanização de Assentamento Precário, a ocupação organizou para o dia 5 de abril de 2013 o 1o. Grito da Regularização Fundiária da Vila Irmã Dulce (G1, 2013).

Outro salto temporal. Em projeto lançado em 20 de outubro de 2023, a Vila Irmã Dulce estava mapeada pelo Governo do Piauí para participar do Projeto de Regularização Fundiária Urbana Específica (PROUrbe). Naquele momento, a ocupação contava com 373 lotes, em área de mais de 12 hectares (Cidade Verde, 2023).

## Vila Irmã Dulce como “ocupação territorial dos pobres”

Em meados de 1980, durante processo de reconfiguração urbana de Teresina, a paisagem da capital piauiense se desdobrava entre as verticais e individuais edificações e as horizontais e plurais favelas. Naquele contexto, a Vila Irmã Dulce surgiu, em 1998, como exemplo de “organização territorial dos pobres”, na forma de ocupações coletivas (Silva, 2005). Essa forma de lutar pelo direito à moradia surgiu, então, como resposta à intensificação do processo de urbanização da capital do Piauí e à falta de instrumentos jurídicos voltados, especificamente, para os segmentos sociais que vivem à margem do sistema capitalista e que não possuíam residência própria. Entretanto, “as ocupações urbanas, enquanto expressões de luta pela moradia, enfrentam resistência de caráter público e privado” (Vieira; Façanha, 2015, p. 2429).

---

<sup>4</sup> Irmã Dulce foi uma freira baiana, canonizada como a primeira santa brasileira, a Santa Dulce dos Pobres.

Tendo em vista que as ocupações por acesso à moradia urbana se processam às margens do sistema capitalista, elas podem ser discursivamente classificadas – em âmbito público e privado – como ações coletivas transgressoras, e o resultado delas (classificado) como “invasão”, “favela”, “vila” ou “ocupação”, como forma de localizar nominalmente o uso indevido de um lugar. Em razão disso, o poder público da capital piauiense adotou a classificação de “parque” para designar as áreas de assentamentos planejados pela Prefeitura (Viana, 1999).

No que diz respeito à interpretação midiática e da ótica de avizinhados, a Vila Irmã Dulce é tida como organização territorial dos pobres, como a “bruxa má de Teresina”. Essa imagem é endossada, às vezes, construída, pela “ideologia policial” ao relacionar sua pobreza à criminalidade (Silva, 2005). Somando o esforço de segmentação do poder público, ao imaginário social que se tem da Vila, resulta a associação imediata entre periferia e aquilo que se deve repelir, ou seja, vincula-se à representação social do lugar e seus/as moradores/as, com a delinquência, a periculosidade.

Urbanização, verticalização, favelização, ocupação como luta por moradia, tudo isso diz respeito aos modos de conduzir a produção do espaço urbano, seja essa produção dirigida majoritariamente por interesses de desenvolvimento do capital, seja ela orientada pelo esforço de inclusão de todas os segmentos sociais. De todo modo, Ferreira (2017, p. 32) define a condução da produção do espaço urbano como “uma questão de política pública” e assevera que existe “infraestrutura onde se quis que houvesse, não há onde se deixou de fazer, e tais diferenças não são resultado de ‘falta de planejamento’, como se quer fazer pensar, mas de um planejamento às avessas”.

Na contramão desse “planejamento às avessas” e contra a lógica individualista do sistema capitalista é que se estabelecem as ocupações coletivas, como a própria Vila Irmã Dulce, num esforço de forjar novas configurações de lugar e de sujeito. É preciso mencionar que no momento da efetiva ocupação não havia, em seu entorno, “nem sequer muros ou cercas [...] os donos apenas aguardavam a valorização da área, o que se caracteriza claramente com especulação imobiliária” (Carvalho, 2001, p. 26). Não coincidentemente, foi pelo reconhecimento da falta de uso público do local que ele foi escolhido para ser ocupado.

Ainda no tocante à intencionalidade do “planejamento às avessas” e no que se refere à extensão da articulação para essa forma de organização territorial de segmentos mais pobres, Vieira e Façanha (2015, p. 2433) sustentam que:

O processo que deu origem à ocupação Vila Irmã Dulce é reflexo de uma ação conjunta que vinha se fortalecendo por todo o Brasil sobre ocupações urbanas. Diante do contexto o qual a cidade se encontrava e das orientações do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a data marcada para a ocupação foi, propositalmente, 03 de junho de 1998, dia em que ocorreriam, simultaneamente, diversas ocupações em vários Estados da Federação. O propósito era chamar atenção do poder público para o problema.

Assim se apresenta um movimento nacionalmente articulado e que se deu na aliança entre entidades sociais, para além da supramencionada MNLN, onde atuaram: a Federação das Associações de Moradores e Conselhos (FAMCC), organizações religiosas, outros movimentos sociais, organizações não governamentais e partidos políticos. Lucineide Barros Medeiros, ex-dirigente do FAMCC, ex-candidata a prefeita pela cidade de Teresina, e então cotada para concorrer ao cargo de senadora pelo Partido Socialista (PSOL) (Cidade Verde, 2022) relatou em seu perfil no Facebook detalhes sobre o dia 3 de junho de 1998 e as respostas judiciais dos proprietários do lugar diante do ocorrido. Segue trecho:

Vivíamos as primeiras medidas de desmonte do Estado brasileiro patrocinadas pelo governo FHC, em Teresina apoiadas pelo prefeito Firmino Filho, que se encontrava em seu primeiro mandato, e afirmava publicamente que não haveria mais ocupações coletivas de terras ociosas na Capital, pois a Prefeitura não iria mais intervir nas disputas entre sem-tetos e ditos proprietários. Em Teresina, até ali, as ocupações ocorriam de modo espontâneo. E essa afirmação do prefeito era feita diante de um déficit habitacional de aproximadamente 30 mil unidades, só na Capital, associado à alta concentração de imóveis para especulação. O que fez a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC)? Reuniu parceiros e sem-teto sufocadas(os) pelos preços de aluguéis, morando de favores e em outras situações degradantes; e com a ajuda do Padre Brasil, escolheu uma dessas terras desocupadas para enriquecimentos dos seus ditos donos, e na madrugada do dia 03 de junho, na marcha mais bonita que já participei, chegamos e ocupamos. Éramos cerca de 3 mil, organizados em núcleos de 50 famílias! (Medeiros, 2020a, n.p.).

A interpretação que o então prefeito, Firmino Filho, possuía dos processos de luta por moradia era de que fossem questões de âmbito individual, como “disputas entre sem-tetos e ditos proprietários”, quando, em verdade, se trata de questão pública, que demanda publicização e deliberação política, de planejamento urbano. Sendo assim, o FAMCC, os “sem-teto” e mais tantos grupos sociais e políticos tiveram que buscar soluções alheias à intervenção do poder público municipal, ao passo em que os “ditos proprietários” buscaram intervenção do âmbito jurídico.

Ainda de acordo com a publicação na plataforma social e segundo Carvalho (2001), as respostas judiciais que os proprietários do lugar efetivaram diante do ocorrido foi de buscarem a emissão de mandado de reintegração de posse pela 2ª Vara Cível, e dada suspensão desse mandado, a emissão de ordem de despejo pela 3ª. Vara Cível à qual a FAMCC, moradores/as e as demais organizações sociopolíticas articuladas responderam politicamente com a ocupação do Palácio de Karnak, novamente comunicando publicamente os conflitos, evidenciando-os como questão pública.

A ex-dirigente da FAMCC contou a Vieira e Façanha (2015) sobre a trajetória tática da ocupação. Como exemplo, Lucineide Barros garantiu que realizar reuniões setoriais nas demais zonas da capital (além da extremo-sul) forjou as condições subjetivas e objetivas da realização da ocupação, assim se criaram, pois, as definições de quais famílias desses setores seriam escolhidas para ocupar, e quais lugares eram passíveis de serem ocupados. Então, essa seria a lógica comunitária de produção espacial, de disposição das coisas e das pessoas, de modo a manter a equânime circulação e acesso aos serviços de saúde, educação etc. (Foucault, 2008).

## Usos, sentidos e efeitos estratégicos e táticos do espaço urbano piauiense

Reformas urbanas disciplinam estrategicamente os usos do espaço. Desses processos participam a assepsia e a segregação social que, entre outras coisas, desapropriam certos sujeitos de suas áreas de vivenda. Quanto a isso, podem ser operacionalizadas certas táticas ou “trajetórias táticas”

que se constituem em “contra-usos” que, por seu turno, subvertem os usos (e os sentidos) disciplinados e regulados dos “espaços estratégicos” (Leite, 2002)<sup>5</sup>.

Nesse sentido, políticas de gentrificação e revitalização são formas do poder público de garantir a regulação da paisagem urbana. Todavia, é possível converter um espaço urbano - outrora destituído de sentido e uso público- em um espaço público, onde há interação política e comunicação de conflitos e discordâncias, pelo engendramento de “lugares” enquanto equipamento de (re)apropriação tática de um espaço que foi estrategicamente politizado (Leite, 2002).

Entre os anos de 1937 e 1945 a cidade de Teresina, capital do Piauí, assistiu ao processo de modernização (e de “enobrecimento” da região central) desapropriar alguns sujeitos de segmentos sociais mais pobres sob o uso do fogo e da força policial. Assim, naquele período, os governantes politizaram “estrategicamente” aquela paisagem urbana por meio de incêndios e da violência policial, que afugentou e repreendeu, principalmente, aqueles/as que tinham trabalhado para que a capital piauiense fosse edificada, e os reassentou para áreas periferizadas da cidade, como a região norte e o extremo-sul (Nascimento, 2015).

Dessa forma, ainda que cidadãos/as tenham a autonomia de deslocar-se e situar-se no espaço urbano e de modo coletivo criar “as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam [...] as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações” (Arantes, 2000, p. 106) o poder público pode ordenar a disposição desses sujeitos, desapropriando-os e reassentando-os de certas áreas.

Como foi o caso também do Projeto Lagoas do Norte (PLN) que provocou o deslocamento de centenas de famílias da região central da cidade e que residiam às margens do Rio Poti, em cujo trecho estava sendo revitalizado pela Prefeitura Municipal. É comum, dentro do discurso dos movimentos sociais que se opuseram a esse empreendimento, falas como *era área de risco até ser área de rico*, no sentido de denunciar o evidente projeto político e estratégico de higienização social.

O PLN previu, desde 2006, a urbanização das margens do Rio Poti e Parnaíba, que fluem na cidade de Teresina. Tal empreendimento promoveu o que chamam de “reassentamento involuntário” de antigos moradores de bairros ao longo da região norte, como do Poti Velho, onde se estabeleceram os oleiros, vazanteiros e artesãos da cidade e que são tradicionais da região. A resposta política a esse projeto de urbanização foi o movimento “Lagoas do Norte Para Quem?” que problematiza as razões capitalistas para a revitalização do espaço e o modo como foi orientado o processo de deslocamento de comunidades tradicionais inteiras para projetos habitacionais.

Diante disso, para reativar ou conceder sentido e dimensão política aos espaços urbanos, é necessário que neles se conjuguem um conjunto de ações que atribuirão sentidos de lugar e pertencimento, para que então se constituam em espaços públicos. E os “lugares” que se erguem taticamente no interior de espaços estratégicos podem representar formas

especializadas e simbólicas - de criar singularidade, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários

---

<sup>5</sup> Rogério Leite (2002) propõe a distinção entre espaços urbanos (sem uso e sentido público) e espaços públicos (de uso e sentido político). Promove a concepção de “espaços estratégicos” e de “trajetórias táticas” - de apropriação que se dão no interior desses espaços estrategicamente delineados -, valendo-se das contribuições teóricas de Michel de Certeau (1994) e a noção de “espaços de poder” de Sharon Zukin (2000) e sua noção de “paisagens de poder”.

próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um espaço político legítimo da diferença (Leite, 2002, p. 130).

Como sugerido por Arantes (2000), a cidade não é uma entidade à parte de seus cidadãos, esses são atores sociais que agem de modo conjuntivo a ela, afinal de contas, para que um espaço seja constituído de dimensão política e pública se faz necessária convergir configurações espaciais com ações, como são as práticas sociais cotidianas. Então, as linhas traçadas por indivíduos, em seus itinerários e trajetórias individuais, por meio do uso regular ou do contra-uso dos espaços, tecem a cidade (Ingold, 2015; Magnani, 2002), nesse sentido, à medida que a capital do Piauí foi sendo construída, convergindo usos (e sentidos) disciplinados e contra-usos táticos, conformaram-se também seus/as moradores/as.

Esses e essas foram dispostos ou se situaram propositalmente pelas zonas citadinas, que são: sul, sudeste, norte, caracterizadas, geralmente, como periferias, e as regiões “enobrecidas” situadas no leste e no centro. E já que para cada local foi estabelecida uma classificação, pelo discurso midiático, social ou da Prefeitura Municipal de Teresina, que a identificasse (como periferizada ou central, por exemplo), essa mesma designação e os seus sentidos se estende aos seus respectivos habitantes e que pode ou não corresponder ao modo e sentidos de suas autoidentificações. Desta feita, é possível que conformem, esses sujeitos, contrarrepresentações, contrassentidos e contraidentificações, como o fato de se apropriarem tática e politicamente do termo “favela” e de seu respectivo “favelado/a”, convertendo seus usos e sentidos.

Dessa forma, dentro da produção urbana concorrem estratégias de classificação e sujeição (Foucault, 1995) que são postuladas pelo poder, e as táticas reivindicatórias de sentidos e autoafirmação. Assim, as representações hegemônicas de favela, de ocupação etc. correspondem às estratégias de poder de uma sociedade de normalização que, por seu turno, se beneficiam dessas narrativas produtoras de sujeição para legitimar, entre outras coisas, a própria segregação social, econômica e racial.

Nesse sentido, a inexistência de infraestrutura urbana em uma região específica, como nos bairros do entorno das Lagoas do Norte, acaba se tornando justificativa para a remoção de sujeitos – com a afirmativa de ser uma área de risco, para posteriormente ser revitalizada em prol do uso de sujeitos ricos. Contrariamente, favelização, consequência da luta por moradia, se estabelece como resposta política ao processo de urbanização, e pode ser reivindicada como capacidade inventiva da vivência urbana.

Analogamente, quando Foucault (2005, p. 306) comenta que o discurso racializante, “a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” está indicando que essa classificação de parâmetro racial, ao produzir a sujeição de sujeitos racializados negros/as, se apoia no aparelho estatal – e em suas estratégias de disciplina e regulação da sociedade – para permitir a supressão, a exclusão e a exposição de sujeitos racializados à morte, de forma direta e indireta, como ao limitar a sua reprodução de vida. Essa combinação garante que a falta de acesso aos serviços públicos básicos, como moradia, educação e saúde aos sujeitos racializados negros e periferizados sejam legitimados pelo racismo em nossa sociedade moderna.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (1976), mecanismos de identificação – como uso de “favela” como autoafirmação tática de um lugar construído – refletem a identidade em processo. Analogamente a como cada lugar precisa ser reconhecido publicamente para ser legitimado perante



outro (Leite, 2002), uma identificação é também relacional e contrastiva a outra, sendo assim, a favela em seu sentido autoafirmativo se contrasta e confronta o sentido que lhe foi estabelecido de “anticidade”, de “desvio” (Silva; Barbosa, 2013).

Assim, um lugar construído taticamente por segmentos sociais marginalizados, como uma favela, ocupação ou vila, é permanentemente reivindicado por esses para ser reconhecido publicamente como legítimo, seja como local de vivenda, de produção política da diferença ou da sua posição-sujeito político.

## Perifala!, como coletivo de influenciadores e Vila Irmã Dulce como favela

De acordo com sua mídia social, o Perifala! surgiu no ano de 2018 para ser um grupo de estudos voltados para a disciplina Filosofia Social “criado por jovens acadêmicos e não-acadêmicos da periferia de Teresina, em especial a região da grande Vila Irmã Dulce. Tendo como objetivo principal a descentralização do conhecimento e a contextualização da teoria com a realidade periférica” (Perifala!, 2018, n.p.).

O foco na disciplina filosófica decorre do fato de seu cofundador, Chico Filho, na época de sua constituição, ser graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Então, motivado pela intenção de ver o debate e reflexões filosóficas acontecerem nas periferias decidiu centralizar as atuações no extremo-sul da cidade, particularmente em um local de entrecruzamento de moradores/as de diversos bairros, como o Esplanada, a Vila da Paz, a Palitolândia e o bairro Angelim, bairros periféricos de Teresina, sendo o eixo central entre esses a supramencionada Praça do Esplanada.

Além de Chico, a formação original no momento de sua primeira atividade-encontro (na UFPI) contou com a presença de Wanderson Dantas, acadêmico de História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Diego Santos, acadêmico de Ciências Sociais pela UESPI, Mariana Costa, acadêmica de Comunicação Social pela UESPI, Teônia Pereira, acadêmica de Letras pela UFPI, Carla Janyele, acadêmica de Ciências Sociais pela UESPI, Luã Jansen, acadêmico de Biblioteconomia pela UESPI, Leonardo Vaz, acadêmico de Filosofia pela UFPI, Mariana Vieira, formada em Geografia pela UESPI e Amanda Vaz, acadêmica de Pedagogia pela UFPI.

Embora mencione “grupo de estudos” em sua biografia, membros do coletivo compreendem-no de forma mais ampla. Na “Mesa Online do Perifala!”, realizada via Discord<sup>6</sup>, no dia 1º de abril de 2020, Chico localizou três fases do coletivo. Aquela foi reunião extraordinária, pelo contexto da pandemia da covid-19, e comemorativa, por seus dois anos de existência.

A partir da primeira reunião, quando o coletivo ainda era composto apenas por Chico e mais três membros (Diego, Mariana e Wanderson), a proposta do Perifala! era ser um grupo de estudos, promover a descentralização do conhecimento feito desde a periferia, geralmente mantido restrito à academia - afim à fetichização de periféricos e de sua realidade.

A segunda fase, ainda em 2018, compreende a criação de perfis nas redes sociais, sob o objetivo de divulgar os feitos do coletivo. Sem deixar, Chico ressalva, de discutir textos radicais e

---

<sup>6</sup> Aplicativo de comunicação por voz, texto e vídeo

questionar coletivos e movimentos elitistas. Aquele foi um período em que Perifala! tornou-se conhecido. Famoso, recebeu diversos convites, a exemplo do convite de Andreia Maneiro, fundadora do Instituto Esperança, para que falasse sobre o projeto Esperançar (do Instituto) que distribui livros na Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana, localizado na Vila Irmã Dulce.

A fala no projeto Esperançar, feita por Chico, Mariana Costa e Mariana Vieira, foi a primeira atividade além-praça. O grupo voltou mensalmente àquela escola, por demanda da diretora, para realizar atividades, palestras. Chico destaca: sem incentivo do corpo docente, com exceção da professora de Artes e Religião.

Na terceira fase, vieram mais convites. Com muita empolgação Chico comenta do convite do JUNTA<sup>7</sup>. Com mais empolgação ainda, ressalta que Perifala! esteve presente no mesmo dia do show da artista Linn da Quebrada.

Assim, o coletivo Perifala! saiu de ser apenas um grupo de estudos, interessado na formação interna de seus membros, passou a ser convidado a elaborar ações de intervenção popular, sobretudo em escolas e universidades e noutras espaços educativos, bem como passou a atuar noutras frentes, acompanhando outras siglas políticas em protestos em rua ou nas “Campanhas de Solidariedade”, no contexto da covid-19<sup>8</sup> (como foram suas atividades até 2022, pelo menos) (Lima, 2022).

Além das mudanças de enfoque, observei rotatividade de participantes em suas redes sociais e atividades na Praça do Esplanada. No entanto, o Perifala! segue formado pela juventude estudantil, negra e não negra, de socialização masculina e feminina, graduada, pós-graduanda, secundarista, residente em diversas periferias, bissexual, heterossexual, pansexual e que deixa essa pluralidade de identificações que atravessa seu corpo<sup>9</sup> conduzir suas práticas sociais dentro de sua formação política e de seus estudos da filosofia social.

Aquela primeira atividade-encontro, registrada em mídia social do Perifala!, aconteceu na Escola Municipal Professora Maria do Socorro Pereira da Silva, localizada no bairro do Esplanada, próxima à Vila Irmã Dulce, e que foi palco de muitas outras reuniões e atividades do Peri - como é apelidado o grupo. Em uma dessas oportunidades, discutiu-se o texto “A bruxa má de Teresina: um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um lugar violento (1998-2005)” de autoria de Eugênio Silva (2005). Isso corrobora com o principal objetivo do agrupamento que é de aproximar a reflexão teórica produzida na academia sobre a realidade periférica com a experiência empírica em si.

Além de fomentar esse tipo de discussão entre jovens já inseridos em universidades, é também pauta do Peri contribuir para que mais jovens periféricos e periféricas ocupem os ambientes universitários e políticos, forjando o que chamam de *novos influenciadores*<sup>10</sup>, como indicada em outra publicação com a chamada “Reforço Escolar”.

---

<sup>7</sup> Festival de dança e contemporaneidade de Teresina.

<sup>8</sup> Atividades de arrecadação de alimentos e material escolar infantil distribuídos para famílias de diversas regiões do estado do Piauí.

<sup>9</sup> A ideia de corpo que utilizo é tanto das identificações que são incorporadas, de modo interseccionado, como do corpo como lugar de produção e inscrição de conhecimento que o tornam em “corpo-arma”, noções essas que são provocadas por Leda Martins (2020).

<sup>10</sup> Essa noção de influência sugerida pelo agrupamento parte da ideia que têm de si próprios como influenciadores do que chamam de autêntica revolucionária que é conformada das classes trabalhadora e estudantil, estratos ocupados, geral e simultaneamente, pela juventude negra das periferias a quem buscam influenciar para ocupar taticamente os espaços de poder, como são os espaços de produção de conhecimento.

O grupo surge com o objetivo de mostrar que milhares de gênios crescem na periferia e se perdem. Então, nada mais urgente do que ocupar os espaços de produção de conhecimento. Ocupar é possível, os organizadores do grupo são exemplos disso. Você que mora na região da grande Vila Irmã Dulce, vai prestar ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] (ou está no ensino médio); cole no nosso encontro. Estaremos te ajudando com os exercícios da escola, trabalhos e tirando dúvidas em todas as disciplinas (Perifala, 2018, n. p.).

Em decorrência de práticas como essas que, aos/às seus/suas partícipes, o Perifala! intervém na produção do tecido social ao fomentar atividades que enfrentam a centralização do conhecimento em instituições de ensino como a UFPI, problematizando a ausência de sujeitos de periferias nessas universidades e a inexistência de projetos de extensão, ensino e pesquisa que tenham por sítio, por exemplo, as zonas não “enobrecidas” da cidade, afinal de contas, o próprio *campus* localiza-se na região leste e a maioria de suas ações ocorre na própria unidade.

Quanto a isso, quando Diego (2021, n.p.) comentou, em entrevista concedida para a pesquisa de mestrado, que sua entrada na UESPI, seu ingresso ao Perifala! o fez *perceber... é que, de fato, sou esse sujeito racializado, e... resido onde resido, na periferia de Teresina, Piauí* apresenta que algumas identificações passam a ser percebidas, assimiladas e (conscientemente) incorporadas, tão somente, a partir do aprofundamento de seu envolvimento dentro do agrupamento em questão.

Portanto, seus encontros, os efetivados antes da pandemia da covid-19 e os retomados após o relaxamento dos decretos de isolamento social, reúnem a juventude que é afetada pela exclusão acadêmica e social e os põem em permanente reflexão e diálogo sobre suas trajetórias individuais, promovendo justamente o que julgam não fazer as instituições de ensino. Desse modo, integrar o grupo permite o reconhecimento dos limites das áreas privilegiadas de produção de conhecimento e de sua própria capacidade combativa.

Reconhecimento que percebo quando Guilherme (2021, n.p.) disse, em entrevista concedida em 2021, que entrou na universidade *no processo de nem saber o que era uma universidade [...] havia condições objetivas que dificultava o meu acesso à universidade, ao próprio aprendizado do conteúdo [...] eu era exótico*. E quando Diego Santos (2021, n.p.) disse que *com o aprofundamento nos estudos do Perifala eu fui me tornando mais atuante. Tanto é que surgiram essas angústias de ser um acadêmico negro*. Então, a formação política tornou-os capazes de identificar os empecilhos que são racializados e estrategicamente postos para dificultar o ingresso de sujeitos negros em espaços de conhecimento, seja o próprio ENEM ou a ausência de políticas de permanência estudantil.

Então, partícipes do Perifala! começaram assim, articulando o material científico apreendido nas suas respectivas instituições de ensino com as suas realidades materiais e empíricas, empreendendo o qual os capacitou a ter novas percepções da realidade, passando a querer tornar-se conscientes agentes de intervenção, portanto, *influenciadores*. Em consequência, posteriormente o grupo passou a atuar também realizando palestras e rodas de conversas nas escolas próximas ao local de seu comum ponto de encontro e deliberação, fomentando um acompanhamento mais prolongado das relações iniciadas naquele Reforço Escolar.

Quanto a essa continuidade, e da noção de serem representantes de que sujeitos periferizados podem produzir conhecimento, que as periferias são intelectuais, como na afirmativa *os organizadores do grupo são exemplos disso*, Guilherme (2021, n.p.), após imersão no coletivo, disse: *bom, eu preciso contribuir para essa organização porque assim eu vou tá ajudando a fomentar esse debate com outras pessoas e [pessoas] iguais a mim*.

No que diz respeito às renovadas motivações (ou sentidos) de luta pela cidade, posso destacar o modo como o grupo se apresenta nas mídias sociais e, conseqüentemente, aborda o lugar em que atua. O Perifala! se coloca como um grupo de estudos e formação política que atua (à época de sua emergência) na segunda maior favela da América Latina - que já esteve noutras posições nesse *ranking*; movimentação sempre rememorada em publicações no *Instagram*. Então, diferente da literatura relacionada, que aponta a Vila Irmã Dulce enquanto ocupação territorial dos pobres, membros do Perifala! referem-na como favela, inclusive para ressaltar que já foi a maior de toda a América Latina. O foco nessa autoafirmação pode ser explicado pelo sentido político que a apropriação tática de “favela” carrega.

No imaginário social, no discurso academicista, no discurso midiático e na “ideologia policial” mencionada por Silva (2005), de uma organização territorial de pobres não pode resultar nada além de crime e violência. Por conta disso, não cogitam o cenário de jovens periferizados, em sua maioria negros, se reunindo em tardes de domingo para debater textos clássicos de Karl Marx, Hegel, debater sobre os problemas complexos da esquerda punitiva, entre outros temas.

[...] eu curti muito o movimento estudantil porque eu terminei colando em muitas universidades [...] e aí me apresentou muita coisa. Conheci a UFC [Universidade Federal do Ceará] lá, de Sobral, e foi numa palestra [...] falar com a galera assim, de outro estado [...] falei do Perifala lá [...] porque lá não tem, assim, os coletivos... eu vi o Juntos [...] tinha lá a UJC [União da Juventude Comunista], se pá tinha a UJS [União da Juventude Socialista] [...], mas... e lá também tinha o slam<sup>11</sup> [...] eles ficaram de cara que a gente ia pra praça pra ler (Natan, 2021, n.p.).

Assim, também parece incrédulo a outros membros de movimentos estudantis, como as organizações vinculadas a partidos políticos (UJC, UJS e o Juntos), de que uma legítima forma de organização combativa e inventiva da cidade seja de se reunir em uma praça para ler e deliberar sobre. O que pode ser justificado pelo fato de a comum arena política de movimentos estudantis, como os mencionados na fala de Natan, ser a rua, como conhecido palco de manifestações, protestos, atos e da comunicação e aliança entre diferentes agentes políticos.

Quanto aos sentidos agenciados e produzidos de favela, Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2013) discutem sobre a representação de favela como “desvio” e até mesmo como “anti-cidade”, ou seja, como um problema à paisagem urbana regulada e que deve ser, a todo custo, encoberta e reprimida, tanto produzindo a distinção territorial de direitos, como a distinção dos sujeitos de direito, e que, portanto marginaliza as regiões e seus moradores, ou seja, favelados/as.

Diante disso, o processo de apropriação do termo como algo positivo, até mesmo na máxima “a favela venceu” provoca tensionamentos na narrativa hegemônica que se tem dela, ao sugerir a possibilidade de conquista, como a garantia legítima de que ela seja um território, assim como pode causar a mobilização política de seus moradores a fim de que o seu sentido seja convertido em algo positivo. Entretanto, em termos de afetação, a designação de “favelado/a” pode causar ressentimento e vergonha em quem a receba, de modo análogo ao que acontece com a classificação de “cotistas” (Nery; Costa, 2009).

---

<sup>11</sup> Designação do movimento de disputa de poesia falada, em que se rima sobre o cotidiano das periferias da cidade. Em Teresina existe o projeto Slam Nós Por Nós, que concede premiações, como a produção musical para o vencedor ou para a vencedora da competição.

A ponte que estabeleço aqui entre a designação de favelado com cotista é possível porque o instrumento da lei de cotas possibilitou o ingresso de jovens que são, concomitantemente, negros e residentes de áreas mais pobres da cidade, como são as favelas, bem como há o reconhecimento, por parte de partícipes do agrupamento com o qual pesquisei, do intercâmbio entre sua condição socioeconômica, racial e de habitação.

[...] quando eu entrei na universidade, me deparei com aquele ambiente, que ainda é majoritariamente branco, né, com cursos ali para o pessoal de classe média [...]. Aí eu fui percebendo assim, essa distinção. Aí, a partir do convite que o Chico me fez para participar do Perifala, quando os estudos saíram mais dessa questão acadêmica [...] para uma perspectiva comparada, eu fui perceber... é que, de fato, sou esse sujeito racializado, e... resido onde resido, na periferia de Teresina, Piauí, estou na condição socioeconômica que estou muito por causa da minha condição enquanto homem, negro na sociedade Brasileira [...] (Diego, 2021, n.p.).

Virgínia Bicudo (2010) diz que a exclusão provoca mudanças na subjetividade das populações negras, no sentido de ensinar sensibilidade, consciência e atitudes de cor, ou seja, o modo como concebem e experienciam a exclusão (ou, melhor dizendo, o racismo) condiciona sua resposta política a isso. Pode tanto levar à produção de si enquanto branco, de modo a desviar da exclusão e tornar-se elegível para a inclusão, como pode resultar em mobilização política, como a autora observou acontecer com a Frente Negra Brasileira.

Sendo assim, posso dizer que o Perifala! enquanto resposta política às experiências de segregação socioeconômica e racialmente motivadas é produtor de acolhimento para sujeitos periféricos pobres e negros que habitam regiões próximas à Vila Irmã Dulce, provocando e construindo junto desses o reconhecimento recíproco de que são sujeitos de direito, de que são intelectuais e produzem política e fazem cidade, por sabidamente entenderem que a universidade (estruturada como um bairro), a Prefeitura e a cidade planejada como “espaços estratégicos” não se estabelecem para promover o acolhimento de sujeitos negros e periféricos e que, contudo, é possível se criar lugares acolhedores dentro desses mesmos espaços.

[...] você entra na universidade [...] achando que a universidade é um espaço extremamente revolucionário... e não é assim! Existe uma dinâmica diferente na universidade. Mas que reproduz toda a hierarquização que existe aqui fora... da universidade e pra que nós tenhamos essa noção, tudo isso que eu compreendi - porque eu não entrei na universidade organizado politicamente, na verdade eu tinha aversão a esse tipo de organização política - o processo de se compreender enquanto pessoa negra e pessoa que pode ser bonita e pessoa que pode ser inteligente, pessoa que pode ocupar espaço de intelectuais, é um processo doloroso [...] se organizem, a gente tem muito potencial... principalmente você que vem da periferia, você que é negro, pode encontrar muita gente aqui dentro que pode te acolher, que pode te ajudar. E você pode ser uma pessoa foda. É isso (Chico, 2020, n.p.).

Essa potencialidade acolhedora que se pode encontrar dentro de instâncias como a UFPI e a UESPI são os corpos de semelhantes estudantes negros, também passíveis de reconhecerem, a partir do agrupamento político, as identificações relacionadas à racialização e da sua socialização enquanto sujeito periférico. Novamente, podendo convergir em ressentimento e vergonha ou com a

conversão da erradicação dos sentidos de racialização e periferização, por meio de movimentos como o da *desracialização da sociedade*<sup>12</sup> que significa, no discurso militante, a erradicação do racismo e do consequente processo (também racializado) de urbanização capitalista da cidade. Uma das formas, pois, de subverter os sentidos racializados concedidos à Vila Irmã Dulce, é de tornar uma de suas praças em arena política.<sup>13</sup>

## A Praça do Esplanada como lugar, como arena política

“Todos os domingos, 16hs na Praça do Esplanada”, é o que indica a descrição na mídia social (Perifala, 2018, n.p.). E é como definiu a organização do grupo, dar preferência ao final de semana para não ter de concorrer com as demais obrigações do cotidiano da juventude estudantil e trabalhadora, optar por esse horário para dar tempo de apreciarem a leitura em tempo da reunião, e mesmo que não consigam, ter a tranquilidade da leitura conjunta durante o encontro.

Num domingo quente do final de julho último, Silva Filho, de 23 anos, coordenava às quatro da tarde o debate de um grupo de sete pessoas na praça do Conjunto Habitacional Esplanada, uma pequena arena com bancos de concreto no bairro Esplanada, local de fácil acesso para os jovens da região (Andrade, 2019, n.p.).

Dividindo espaço com um ponto de ônibus e uma academia popular, cada um em um extremo da área, os bancos de concreto se dispõem ao longo da referida praça. Bem ao centro dela se dispõem em formatos de duas meias-luas, justamente onde se encontra o Perifala!, conformando uma espécie de ágora – para usar um referente filosófico de um espaço público dotado de dimensão política.

As praças urbanas da cidade costumam não possuir uso público de interação política ou mesmo para fruição de lazer; são tidas, em sua maioria, como vitrine para potenciais crimes e, portanto, para circulação de criminosos. Tudo em decorrência da ausência de segurança pública em ambientes como esse, onde falta infraestrutura básica, como iluminação adequada, assim, é comum que as praças sejam conhecidas e imaginadas como propício ponto de encontro para uso e comercialização de entorpecentes, nada mais que isso.

Sabendo do estigma que se recai sobre todas as praças citadinas, para que a Praça do Esplanada fosse constituída como legítimo espaço público se fez necessário um conjunto de práticas sociais que se associavam à sua reinvenção como lugar político. Dessa forma o grupo de estudos e

---

<sup>12</sup> A primeira vez que escutei essa enunciação em campo, o Perifala! discutia modos críticos de manejar a defesa às políticas de cotas raciais, uma vez que as leem – essa e outras políticas sociais – como avanços sociais contraditórios, simbólicos e, portanto, limitantes. Se fazendo necessário, pois, manter no horizonte revolucionário a desracialização da sociedade. Por sua vez, entre seus referentes teóricos, como Frantz Fanon (2008), desracialização significa um processo que se deu na experiência negra coletiva, no contexto de colonização, considerando, para tanto, a relação entre a invenção da distinção de corpos pela racialização, com a exploração desses corpos. Nesse sentido, racializar foi o ato de designar aparatos corpóreos exploráveis, destituídos de humanidade, enquanto desracializar foi (e ainda é) a busca pela libertação desses corpos das identificações negras de lógica colonialista.

<sup>13</sup> Jaime Alves (2018) menciona que as Mães de Maio, que tiveram seus filhos assassinados nos Crimes de Maio de 2006, subverteram o sentido da Praça do Patriarca, em São Paulo, ao espalharem fotos de jovens assassinados.

formação política forjou um novo cotidiano de uso e sentido do espaço em questão. Se a construção de lugar é uma forma política e tática de reapropriação de um espaço urbano, movimento que o ativa enquanto público, tomar a Praça do Esplanada como campo de confluências políticas, da deliberação e arguição pública das diferenças é um conjunto de práticas que concedem a ela a sua dimensão política.

Ela também possui caráter de “centralidade” e de encruzilhada de saberes, ao Perifala!, em razão de sua localização convenientemente no entrecruzamento entre diversos bairros, o que a torna de fácil acesso aos/às partícipes moradores/as das regiões do Esplanada, Porto Alegre, Angelim, Palitolândia, Vila da Paz e Vila Irmã Dulce. Talvez até o fato de ser próxima a uma parada de ônibus seja também fulcral para que membros de periferias mais distantes, como os/as que moram na zona sudeste, na região do Grande Dirceu Arcoverde, possam alcançá-la sem maiores dificuldades.

Além dessa distinção abarcada na arena política, ela também é palco de outros tipos de divergências e convergências entre seus conformadores, uma vez que estes/as seguem diferentes autores/as, correntes e alinhamentos políticos, ideológicos e epistemológicos: uns/umas seguem o alinhamento marxista-leninista, outros/as se afeiçoam aos escritos de Michel Foucault, alguns que militam por partidos políticos, outros que não veem sentido nesse tipo de associação, e todas essas diferenças são respeitadas no momento da escolha de qual texto irá dirigir o debate de cada domingo.

Outro fator que postula a praça como a localidade central é que sua posição permite a publicização do que é desenvolvido naqueles bancos de concreto, sendo visível aos/às transeuntes as temáticas levantadas nas reuniões, a mobilização juvenil distinta da esperada para esse público e, especialmente em uma praça pública, assim reinventando seus usos práticos e socialmente concebidos.

E é considerando a potencialidade de seus sujeitos plurais e da localização de sua arena que seus projetos políticos são pensados, desde as Campanhas de Solidariedade, as visitas às escolas, a instrução da comunidade estudantil no processo seletivo do ENEM e a construção de eventos como o da divulgação do primeiro Boletim do Observatório de Segurança do Piauí. Todos de algum modo atravessados pelo entendimento dos corpos desses sujeitos e do local como entrecruzamento de saberes, já que em projetos como o de “Reforço Escolar” o grupo se vale da multiplicidade de graduações e pós-graduações de seus/as partícipes para poder dar conta das atividades de todas as disciplinas.

Apesar das dessemelhanças, o sentido de lugar fornece, por sua vez, sentido de pertencimento ao espaço construído e ao grupo. Utilizando Ingold (2015), o lugar também é compreendido, dentro da militância, como campo que afeta o peregrino (no caso, o militante) e condiciona seu conhecimento e sua própria posição de militante, assim aos/às que residem na Vila Irmã Dulce, Vila da Palitolândia etc. compartilhar de mesma dificuldade de acesso à cidade, ao transporte público, ou seja, empecilhos à peregrinação, determinam, entre outras coisas, a própria percepção de desigualdades sociais e de como mitigá-las. Assim, partilhar essa similaridade de entendimento e percepção concede o sentido de pertencimento àquele espaço de atuação e ao agrupamento.

A título de exemplo de uma situação social que ilustra como a Praça do Esplanada é a sua arena política, no dia 11 de junho de 2022 o Peri promoveu um evento com o título “Segurança Pública e Periferia: O que temos a ver com isso?”. Para aquela oportunidade, instigou-se a presença de moradoras/es da comunidade da Vila Irmã Dulce, de bairros avizinhos, de acadêmicos/as e de representantes de movimentos e coletivos sociopolíticos que atuam na e para as periferias da cidade.

Como as nominalmente convidadas nos *flyers* de divulgação publicadas pelo *user @perifala\_*: Marcondes Brito, coordenador do Observatório de Segurança Pública no Piauí, Daniela Hanna, proponente do Projeto Mude os Hábitos, Mude o Mundo, Jefferson Silva, proponente do Movimento Mais Amor, além de Guilherme ao mesmo tempo convidado por ser pesquisador do Observatório de Segurança Pública no Piauí e membro do Perifala!, com a mediação de Chico Filho.

Quando eu cheguei ao local do evento, vinda da zona sudeste de Teresina, de um dos bairros do Grande Dirceu Arcoverde, esses sujeitos estavam reunidos, sentados em cadeiras de plásticos que formavam um círculo, próximo à área de bancos de concreto em meias-luas, onde membros do Peri costumam se sentar. Havia também uma caixa de som com dois microfones que estava sendo manejado por Diego Santos. Fui cumprimentada por Chico, Diego e Guilherme – que disse já estar pronto para começarmos o evento e se sentou ao meu lado perguntando, em tom de brincadeira, se eu havia chegado da *região metropolitana de Teresina*<sup>14</sup>.

O responsável por dar início ao diálogo foi Chico Filho, um dos cofundadores do coletivo Perifala! e membro do Coletivo Negro Minervino de Oliveira. Aproveitou para apresentar a origem da organização e disse que, em parte, sua emergência surge de sua insatisfação pela concentração de debates caros a toda a classe estudantil e trabalhadora na zona leste da cidade. Percebia, então, que o local produzido para indivíduos negros, pobres e perifizados, discursiva e academicamente falando, era o da exotização, do subalterno, do descendente de escravizado, quase nunca como o sujeito da ação, que define sua própria história.

Quanto a isso, volto a problematizar a existência da correlação imediata entre construção de lugar e a constituição de sujeitos. E, de modo também próximo às razões que impulsionaram a produção da Praça como espaço público, a reivindicação de que indivíduos perifizados são também sujeitos de direitos e sujeitos políticos, protagonistas de sua própria luta, advém da expectativa que espaços estratégicos de poder sejam ocupados e protagonizados por sujeitos brancos, restando aos sujeitos racializados negros e perifizados a posição de atingidos ou assistidos, mas sempre sob a regulação de outrem.

Então, assim como algumas mulheres negras já tiveram de verbalizar, dentro da militância feminista, a interrogativa: e eu não sou uma mulher?<sup>15</sup>, os sujeitos perifizados, de maioria negra, também tiveram de reivindicar por meio do questionamento: e eu não sou sujeito político? direcionado à militância feita na cidade, como no âmbito universitário e a exemplo dos movimentos estudantis (MEs) que não acolhem as demandas e os sujeitos racializados<sup>16</sup>. E de que modo as mulheres negras, como Sojourner Truth, e sujeitos perifizados reivindicaram? Construindo lugares que lhe são próprios, como a Conferência de Mulheres Negras e, no caso de membro do Perifala!, construindo a Praça do Esplanada como sua arena política.

Voltando à situação social, uma das colocações de Chico que mais me interessou foi daquilo que o próprio apresentou como outro importante motivo pelo qual construiu o grupo de estudos: a

---

<sup>14</sup> A brincadeira se justifica também pela forma como a periferia em que resido, a região do Grande Dirceu Arcoverde, é produzida. Haja vista que a região é tida como sinônimo de importante locus de serviços e sujeitos, de modo equiparável à região central da cidade.

<sup>15</sup> Angela Davis (2016) conta como Sojourner Truth foi a única mulher negra dentro da Conferência de Mulher, que aconteceu em 1851 na cidade de Ohio, evento e organização que se justificam já pela exclusão feminina dentro do movimento de libertação dirigido por homens. Diante de tantas incongruências no discurso e pautas das mulheres brancas, Sojourner Truth proferiu um longo discurso ainda hoje lembrado pela interrogativa que destaquei.

<sup>16</sup> Observei esse debate ser realizado, majoritariamente, dentro das redes sociais, em que ex-membros de MEs criticam a receptividade de militantes negros e de suas pautas.



ausência de perspectiva de futuro político e intelectual para jovens como ele. Sobre isso, ele disse que reunir jovens estudantes pobres negros/as e não negros/as, na Praça do Esplanada, em tardes de domingo para discutir textos da Filosofia Social provocava a incredulidade no imaginário social, a desconfiança de vizinhos/as e motivo de exotização para a mídia local.

Isso porque não havia (e ainda não há) a percepção de que exista intelectualidade e a possibilidade de formação política na periferia. Há, todavia, a expectativa de violência, de insegurança pública perpetrada em espaços como aquele em que ocupa durante seu discurso e por sujeitos como ele. Então, para que aceitassem a ideia de que existe um grupo como o seu, ele talvez seja o único.

Contudo, o Perifala! não constitui grupo isolado em meio a ocupações no extremo-sul da cidade, em verdade, essa situação em específico serviu para promover o encontro e estabelecer o primeiro contato (para muitos dos representantes de grupos presentes) para a conformação de uma rede de movimentos e coletivos periferizados articulados e de pautas cada vez mais afinadas.

Além do Peri, estava presente a representante Daniele Hanna, jovem que encabeça a proposta comunitária e socioambientalmente consciente junto de jovens e crianças, de maioria feminina, mudando a paisagem da cidade ao recolher resíduos sólidos urbanos recicláveis, vendendo-os e promovendo também Sopão Solidário às pessoas em situação de rua, oportunizando, portanto, uma sensibilização biointegrada (Bispo, 2019).

Já o trabalho executado pelo Movimento Mais Amor desenvolve ações solidárias para mais de sete mil famílias em Teresina, particularmente das zonas periferizadas, acolhendo-as socioemocionalmente através do recurso da escuta, auxiliando na emissão de documentos como o Registro Geral, captando doações para distribuir entre essas famílias com o apoio de voluntários e voluntárias que se dispõem a construir esse movimento.

A discussão corroborada entre Marcondes e Guilherme, membros do Observatório, ecoou nas falas das demais pessoas que se colocaram para o diálogo, tanto das já citadas, como das que se inscreveram para contribuir: como a presidenta da Associação de Moradores da Palitolândia, professores sindicalistas, mestres capoeiristas, membros do Sindicato dos Servidores Municipais (SINDSERM) e de outros tantos projetos sociais desenvolvidos também nos bairros do entorno da Praça do Esplanada.

Esses e essas também buscaram associar, em suas colocações, o sentido de segurança pública às suas agências. A maioria intencionou desmistificar a ideia naturalizada e resumida de segurança pública como sinônimo de policiamento civil. Discutiam, pois, a amplitude e complexidade da temática daquele encontro e das interconexões entre as práticas de um coletivo/movimento e outro, bem como da necessidade urgente de dissociar pobreza com baixo intelecto, violência, criminalidade e indignidade humana.

Discursos como esses foram reiterados na fala de Chico Filho ao finalizar a roda de conversa do evento, após duas proveitosas e profícuas horas de debate e trabalho coletivo de reflexão. Antes de convidar a todos e todas para a atividade final que foi a intervenção cultural com roda de capoeira, na qual jogaram as mesmas lideranças comunitárias locais, movimentos e coletivos políticos, sindicatos e indivíduos da sociedade civil que seguiu dando vida à Praça.

Em publicação no seu perfil do Instagram, de título "O que é direito à cidade? Revolução urbana desde a periferia" (Perifala, 2021, n.p.), um dos cofundadores do Peri problematiza os usos e sentidos da expressão "direito à cidade".

O direito à cidade não é apenas um direito à cidadania no interior de uma sociedade excludente, como tem sido amplamente entendido, é um projeto de Poder Popular, uma luta coletiva de todos aqueles que participam na produção da cidade e criam a vida nela para reivindicar o poder de decidir que tipo de urbanismo eles querem. O trabalho coletivo é que produz a cidade e sua infraestrutura, aqueles que criam vida na cidade. Vários grupos sociais e culturais cujas atividade e modo de vida enriquecem e produzem vida na cidade, carecem de ‘direito à cidade’ por causa da predominância da urbanização capitalista [...] É preciso que o direito à cidade volte a ser encarado como uma luta anticapitalista. O capitalismo se estabeleceu ao longo do tempo, através de um certo nível de organização, e não podemos vê-lo desaparecer de repente, por ação espontânea. É preciso organização. Com isso os movimentos da periferia urbana hoje podem trazer mudanças radicais.

Então, a revolução urbana se dá quando movimentos da periferia urbana produzem a cidade, dentro dos espaços estratégicos da urbanização de tipo capitalista, produzindo e reivindicando um modo próprio de fazer cidade, ou seja, de lutar pelo direito de estar e pertencer a ela. Acontece também quando recusam a ideia de perder os gênios nascidos da periferia para o deslocamento e expropriação, enfim, para o fenômeno da urbanização capitalista que cerceia as condições necessárias para a reprodução da sua vida, da sua potencialidade.

## Conclusões

Se práticas sociais e a estruturação cidadina são processos interdependentes (Arantes, 2000; Leite, 2002; Certeau, 1994; Zukin, 2000), de modo análogo, as práticas militantes do Perifala! e a produção da Praça do Esplanada como lugar também o são. Assim, as práticas e elementos que constituem um sujeito político militante pelo grupo de estudos, constroem e circunscrevem, tangencialmente, a sua arena política.

Então, aquelas que identificam a *expertise* do Perifala! são justamente as táticas que constroem o lugar: ir e estar na praça para ler, ocupá-la com eventos caros à comunidade em sentidos políticos, culturais, de lazer, e de educação, que retroalimentam o sentido de pertencimento ao agrupamento e que *influenciam* mais sujeitos perifêrizados a formarem-se enquanto sujeitos políticos e junto desses tecer redes de solidariedade. Todos esses esforços que são contrários aos sentidos e usos estrategicamente estabelecidos para espaços como a praça e para sujeitos perifêrizados negros, e que, portanto, produzem contraidentificações racializantes ou apenas identificações desracializantes.

Tais identificações desracializantes que não são ignorantes das identificações com as quais concorrem e sob as quais incidem, afinal de contas, para construir a desracialização, é preciso, primeiramente, reconhecer e compreender o processo de racialização e suas consequências. Efeito que percebo quando Diego e Guilherme anunciam o reconhecimento que alcançaram de sua racialização e dos empecilhos também racializados manejados nas universidades, por intermédio de aprofundamento no grupo.

Desse modo, é mister perceber que identificações racializadas como a de “invasores”, “favelados”, ou mesmo da associação antônima entre produção de conhecimento e periferia, situam o campo possível de atuação, de sujeitos como membros do Peri, às margens de uma sociedade

capitalista, cerceando quais espaços são passíveis de serem ocupados e apropriados por esses ditos invasores da paisagem urbana regulada. Para que a *desracionalização da sociedade* se estabeleça, então, e para que haja a superação de sentidos que lhe são contrários, é necessário seguir empreendendo práticas sociais subversivas como ir à Praça do Esplanada para ler.

## Referências

ALVES, Jaime Amparo. *The Anti-Black City: Police terror and black urban life in Brazil*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2018.

ANDRADE, Samira. Na praça, com Marx: Filosofia Política na Vila Palitolândia. *Revista Piauí*, 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/na-praca-com-marx/>>. Acesso em: 12 de jun de 2020.

ARANTES, Antonio. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000. ISBN: 9788526804920.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. In.: Maio, Marcos Chor (Org.). *São Paulo: Editora Sociologia e Política*, 2010. ISBN-10: 8562116033.

BISPO, Antônio. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. 2ed. Brasília: AYÔ, 2019. ISBN: 9788594043009.

CARVALHO, Inga Michele Ferreira. Direito à propriedade e conflito social: A Vila Irmã Dulce como estudo de caso. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 52, 1 nov. 2001. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2448>>. Acesso em: 13 de jun de 2022.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. ISBN-10: 8532611486.

CIDADE VERDE. Confirma as ocupações e bairros que serão contemplados com projeto de regularização fundiária em Teresina. 26 de outubro de 2023. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/401717/confirma-as-ocupacoes-e-bairros-que-serao-contemplados-com-projeto-de-regularizacao-fundiaria-em-teresina>. Acesso em 24 de mai de 2024.

CIDADE VERDE. Psol terá candidatas ao governo e Senado; Lucineide Barros é cotada para disputa. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/366403/psol-tera-candidatas-ao-governo-e-senado-lucineide-barros-e-cotada-para-disputa>>. Acesso em: 18 de jun de 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. ISBN: 9788575595039.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. ISBN 978-85-232-0483-9.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O urbano no contexto do subdesenvolvimento. *Revista CULT*, São Paulo, p. 31-35, 10 de maio de 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-urbano-no-contexto-do-subdesenvolvimento/>>. Acesso em: 15 de jun de 2022.

FOLHA. Lula chega a Teresina e segue para vila Irmã Dulce. *Folha Online*, São Paulo, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44613.shtml>. Acesso em 24 de mai de 2024.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes: 2005. ISBN: 9788578273002.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995. ISBN-10: 852180475X.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ISBN-10: 8533623771.

G1. Mais de 10 mil famílias no PI esperam regularização de terra há 15 anos. G1 Piauí. 05 de abril de 2013. Teresina. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/04/mais-de-10-mil-familias-no-pi-esperam-regularizacao-de-terra-ha-15-anos.html>. Acesso em: 24 de mai de 2024.

INGOLD, Tim. Contra o espaço: lugar, movimento, conhecimento, In: INGOLD, Tim. Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, pp. 215-229, 2015. ISBN-10: 853265052X.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, p. 115-134, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/v6ync4yt8tMpKWYRrvTpR5p/?format=pdf>>. Acesso em: 23 de jun de 2022.

LIMA, Lorrana Santos. Os novos quadros negros revolucionários: dimensões discursivas, práticas e corporais em agrupamentos antirracistas em Teresina, Piauí. 2022. 202f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Teresina. 2022.

LUCINEIDE BARROS MEDEIROS (MEDEIROS) – TERESINA (2020a). Postagem. Facebook: @lucineidebarrosmedeiros [Consulta 18 de junho de 2022]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lucineidebarrosmedeiros/posts/pfbid02h63isvUGgPQCKRQ45FCPy9SKmQsqQCq9D3rK7PqtnKipPLWUtRptPi7MyNoK9ytHI>>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, p. 11-29, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?format=pdf>>. Acesso em: 25 de jun de 2021.

MARTINS, Leda Maria. (Prefácio) Corpo encruzilhadas de saberes. In: TAVARES, Júlio (org.). Gramáticas das corporeidades afrodiáspóricas: perspectivas etnográficas. Curitiba: Editora Appris, 2020. ISBN-10: 8547342052.

MEDEIROS, Lucineide Barros. Aniversário da Vila Irmã Dulce: lutar vale a pena!!! Ocorre Diário, 03 de junho de 2020b. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/aniversario-da-vila-irma-dulce-lutar-vale-a-pena/>. Acesso em: 24 de mai de 2024.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015. ISBN: 9788574632797.

NERY, Maria da Penha; COSTA, Liana Fortunato. Política afirmativa racial: polêmicas e processos de identidade do cotista universitário. PsicoUSF [online]. vol.14, n.2, pp. 211-220, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psuf/a/GsvvJk43tY6zbLSqLpqNBfk/>>. Acesso em: 23 de set de 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976. ISBN-10: 852219811X.

PERIFALA! (PERI) - TERESINA (2018), Postagem. Instagram: @perifala [Consulta 20 de novembro de 2019]. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BhjlUSQhlmF/>>.

PERIFALA! (PERI) - TERESINA (2018), Postagem. Instagram: @perifala [Consulta 26 de junho de 2022]. Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/Bk\\_JN9LHWfc/](https://www.instagram.com/p/Bk_JN9LHWfc/)>.

PERIFALA! (PERI) - TERESINA (2021), Postagem. Instagram: @perifala [Consulta 29 de junho de 2022]. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CQW2tJ6hdji/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>>.

SILVA, Arnaldo Eugênio Neto da. A bruxa má de Teresina: um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um “lugar violento”(1998-2005). 2005.136f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Teresina, 2005.

SILVA, Jailson de Sousa e; BARBOSA, Jorge Luiz. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n. 1, p. 115-126, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9062/6940>>. Acesso em: 23 de jun de 2022.

SILVA, Mariano Sérgio Pereira da. Cidade como espaço de luta: trajetória, narrativa e memória da ocupação Vila Irmã Dulce em Teresina - PI, na década de 1990. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Recife, 2020.

VIANA, Masilene. R. E os “sem-teto” também tecem a cidade: As ocupações urbanas em Teresina (1985-1990). 1999. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - PUC. São Paulo. UFPI. Teresina, 1999.

VIEIRA, Ângela Oliveira; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Ocupação Vila Irmã Dulce: uma experiência na luta urbana de Teresina (PI). XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAGIA-ENANPEGE, p.2428-2439, Presidente Prudente, São Paulo, 09 a 12 de outubro, 2015.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Antonio Arantes (org.), O espaço da diferença, Campinas: Papirus, 2000. ISBN: 8530805984.